



## *ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ*

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Praça Nossa Senhora de Salette S/N - Bairro Centro Cívico - CEP 80530-911 - Curitiba - PR - [www.assembleia.pr.leg.br](http://www.assembleia.pr.leg.br)

### **ATA**

#### **COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA AUDIÊNCIA PÚBLICA**

**Tema: Acompanhamento da Execução do Código do Autismo no Paraná**

**Data: 01/04/2025**

**Horário: 09h**

**Local:** Auditório Legislativo da Assembleia Legislativa do Paraná

#### **Audiência Pública de Acompanhamento da Execução do Código Estadual da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista**

No primeiro dia do mês de abril, às nove horas da manhã, no auditório legislativo, foi realizada a audiência pública Acompanhamento da Execução do **Código Estadual da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista**. A iniciativa foi da Comissão de Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente e da Pessoa com Deficiência (CRIA), presidida pelo deputado estadual Evandro Araújo (PSD), e do Bloco Temático da Neurodiversidade (SD), coordenado pelo deputado Alisson Wandscheer. A audiência foi presidida pelo deputado Evandro Araújo que iniciou saudando os presentes e declarando aberta a audiência. Na sequência explicou que a audiência tem por objetivo discutir a regulamentação e a implementação das políticas públicas previstas no Código Estadual da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, aprovado há um ano. Compuseram a mesa e contribuíram para o debate Mariana Dias Mariano, promotora de Justiça; Fernando Redede, coordenador do Núcleo da Infância e Juventude da Defensoria Pública do Paraná; Mariane Lubke, professora da Unicuritiba; padre Régis Bandil, da arquidiocese de Curitiba e Ismael de Oliveira, chefe de gabinete do Detran/PR e Clésio Marins Prado, da secretaria de esportes. O deputado Alisson Wandscheer ressaltou que não basta aos parlamentares aprovarem uma legislação ampla e abrangente sem assegurar que sua implementação ocorra de maneira eficaz. Existem muitos desafios, uns mais simples, outros mais complexos. Um deles, por exemplo, é o de trocar os sinos dos colégios. O barulho é tão grande que incomoda até quem não tem sensibilidade, então imagina como ele atinge quem possui o espectro. Por isso estamos aqui hoje para verificar como vamos fazer ações como essa, o que vai custar e quais são os passos para que as secretarias coloquem em prática o código. O deputado Evandro Araújo explicou que depois de um ano da aprovação do código, é fundamental esse acompanhamento. Sabemos dos avanços, no entanto, a gente sabe que tem coisas que também precisam avançar e que esse processo é paulatino, que vai acontecendo aos poucos. Então, não dá para deixar esfriar. O deputado também explicou que as mudanças são constantes, uma vez que o autismo é um terreno que sempre precisa ser desvendado. Uma coisa que é dita hoje, talvez amanhã ou depois a ciência tenha outra compreensão. A gente precisa ter essa humildade, essa

abertura de coração, para entender que é um tema complexo e estar nesse acompanhamento constante. Necessidades de neuropediatras, diagnósticos precoces e outras demandas também foram lembradas pelo deputado. O presidente da Assembleia Legislativa do Paraná, Alexandre Curi, passou pelo evento e disse que a Assembleia fará o possível para todas as mães de autistas tenham conhecimento do que foi aprovado. Nós queremos ver os efeitos do Código Estadual da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista na prática, destacou. O deputado estadual Bazana, reforçou que vê muita gente se preocupando com o autismo, mas o correto é se preocupar com o autista. Precisamos fazer esse atendimento lá na ponta, para que eles tenham uma vida melhor. Há 23 anos trabalho nas APAES do Paraná e nunca havia visto um governo e um grupo de deputados que busquem uma vida melhor para todas as pessoas com deficiência como esse. Já a deputada Luciana Rafagnin (PT) elogiou toda a construção conjunta em busca de melhorias para as pessoas com deficiência e reconheceu que já houve muitos avanços, mas pediu que o trabalho seja feito na prática, uma vez que o número de casos está cada vez maior. Precisamos garantir toda a assistência e que os diagnósticos cada vez sejam mais precoces, deseja a deputada. O deputado Marcelo Rangel argumenta que nós todos precisamos de união pelos projetos que deram resultados. Afirma que quando foi secretário de inovação apresentou um projeto de salas multissensoriais e disciplinares ao Estado, que hoje já apresentam resultados muito positivos. **Avanços e desafios**, o presidente da ONDA Autismo e representante da sociedade civil, Fabio Cordeiro, disse que o Código foi de extrema importância para dar um norte para população no que há de direito, no que precisa ser cobrado. Ano passado foi um ano de construção. Agora a gente tem que avançar para regulamentar as leis, para colocar em prática, principalmente em algumas áreas mais sensíveis, como saúde e educação, onde a gente precisa realmente que os direitos sejam cumpridos e que as pessoas possam acessar tanto o diagnóstico como os tratamentos e depois ter uma educação inclusiva. Felipe Braga Cortes, coordenador da Política da Pessoa com deficiência da Secretaria de Desenvolvimento Social e da Família do Paraná falou sobre a CIPTEA, popularmente conhecida como carteira do autista. A CIPTEA é uma lei federal, instituída já há alguns anos pelo governo federal. O Paraná foi pioneiro, foi a primeira carteira do Brasil e hoje já temos 37 mil carteiras, feitas de maneira totalmente digital e gratuita. Ele explicou, ainda, a importância de que todos façam os pedidos das carteirinhas, pois somente com esses dados é possível criar políticas públicas com qualidade. Para fazer o pedido, é só acessar o site [www.carteiradoautista.pr.gov.br](http://www.carteiradoautista.pr.gov.br). Ele também reforçou a importância do terceiro setor, com as associações criadas pelos pais. Sobre os desafios enfrentados na educação, quem conduziu a explanação foi Maíra de Oliveira, chefe do departamento de educação inclusiva da Secretaria da Educação do Paraná. São 12 mil estudantes com transtorno espectro autista na rede estadual. Hoje o atendimento dos nossos estudantes dentro da rede educacional é a partir do estudo de caso, que é um relatório, uma avaliação pedagógica que evidenciam quais são as necessidades de suporte do nosso estudante e também nos direciona qual é o serviço mais assertivo para o atendimento dele dentro do ensino regular ou dentro da educação inclusiva. Com o Código, esse instrumento pedagógico vem passando por reformulações para que a gente possa também oferecer esse atendimento de forma mais séria e mais assertiva. Segundo Maíra, hoje são 4.000 professores com treinamento para atender os autistas e aproximadamente 1.400 profissionais de apoio. Com relação aos desafios na área da saúde, a responsável pela fala foi Aline Jarschel de Oliveira Graziani, chefe de divisão de saúde da pessoa com deficiência da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná. Para ela, o Código veio para somar, pois facilita o trabalho do Poder Executivo ter várias leis aglomeradas num mesmo documento. Sobre a capacitação dos profissionais, ela explicou que a SESA tem investido no tema desde 2018. Estamos dando atenção principalmente aos municípios menores, que a gente sabe da dificuldade. Hoje a maior dificuldade é achar o profissional capacitado para fazer esse atendimento às pessoas com TEA, como terapeuta ocupacional, o fonoaudiólogo entre outros. Também fizemos protocolos para fazer esse fluxo de atendimento, criando instrumentos para buscar um melhor atendimento”, explicou. Ivone Costa, enfermeira e presidente da Associação Aterne Piraquara, que atende famílias com neurodivergência, disse que a fase da implantação do Código é de extrema importância, mas que os desafios continuarão a vir, uma vez que o autismo é uma descoberta ininterrupta. Todos os dias temos novas descobertas e desafios diferentes. Encontros assim são bons para trazermos as demandas e implementá-las na prática. O deputado Evandro Araújo lembrou que o Código do Autismo é referência no Brasil, a Lei 21.964, que instituiu o Código Estadual, foi aprovada na Assembleia Legislativa em abril de 2024 e sancionada na íntegra pelo governador Ratinho Jr no mês de maio de 2024. Além de consolidar direitos já existentes, o Código trouxe diversas inovações nas áreas de educação, saúde, mercado de trabalho, segurança pública e combate à discriminação. A lei prioriza o diagnóstico precoce do TEA, com capacitação de profissionais de saúde e educação para a identificação precoce dos sinais e sintomas do TEA. A garantia do acesso a tratamentos e terapias, de acordo com as necessidades de cada pessoa com TEA, também foi contemplada na legislação. Sancionado em 2024, o Código Estadual da Pessoa com Transtorno

do Espectro Autista foi o primeiro do Brasil e consolidou 11 leis estaduais e 43 projetos de lei, unificando normas e criando diretrizes nas áreas de saúde, educação, inclusão no mercado de trabalho, segurança pública e combate à discriminação. Entre as principais inovações trazidas pela legislação, destacam-se a criação de um capítulo específico sobre educação, garantindo a presença de professores de apoio nas escolas e a adaptação do ensino às necessidades dos alunos autistas; a ampliação do acesso à saúde, com diretrizes para garantir atendimento especializado, diagnóstico precoce e terapias adequadas; além de medidas de inclusão e acessibilidade, promovendo a autonomia e os direitos das pessoas com TEA em diversas áreas da sociedade. O deputado Alisson Wandscheer ressaltou que o Código não é um documento estático. Como qualquer legislação, ele pode e deve ser aprimorado à medida que sua aplicação no dia a dia revela novas necessidades.

**Como Encaminhamento extraído da audiência pública ficou a criação** de grupo de trabalho com objetivo de monitorar de perto a regulamentação e aplicação da lei. O grupo terá a responsabilidade de acompanhar o que já está sendo colocado em prática, identificar pontos que precisam de ajustes e garantir que os benefícios do Código cheguem efetivamente às famílias paranaenses. A audiência pública reuniu representantes de diversas secretarias estaduais, do Ministério Público, Tribunal de Justiça, Detran e entidades da sociedade civil, reforçando o compromisso conjunto para que o Paraná continue sendo referência no avanço das políticas públicas para pessoas com TEA. Desta forma o Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente e da Pessoa com Deficiência, deputado Evandro Araújo encerrou a audiência pública. Assim se lavrou a Ata, que segue assinada pelo Presidente da Comissão e por mim, Luciano Pereira dos Santos, que secretariei a Audiência. (Audiência encerrada às 12h05).



Documento assinado eletronicamente por **Evandro Jose da Cruz Araujo, Presidente da Comissão**, em 20/05/2025, às 11:51, conforme Ato da Comissão Executiva nº 2201/2019.



Documento assinado eletronicamente por **Luciano Pereira dos Santos, Assessor(a) Parlamentar**, em 20/05/2025, às 11:51, conforme Ato da Comissão Executiva nº 2201/2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.assembleia.pr.leg.br/sei/verificar> informando o código verificador **1182523** e o código CRC **7697D654**.